

Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves

Professora titular da Uerj, pesquisadora do CNPq, cientista do Nosso Estado/Faperj, pesquisadora principal do Pronex/Faperj/CNPq intitulado "Dimensões da cidadania", coordenado por José Murilo de Carvalho.

Guilherme Pereira das Neves

Professor associado I da UFF, pesquisador do CNPq, nível 2, e pesquisador principal do projeto Pronex/Faperj/CNPq intitulado "Raízes do privilégio", coordenado por Ronaldo Vainfas.

Alegrias e Infortúnios dos Súditos Luso-Europeus e Americanos

A transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1807



Este trabalho pretende analisar os sentimentos despertados pela transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1807, tanto nos súditos lusos da Europa como nos súditos da América. Se, lá, o acontecimento gerou um sentimento de orfandade e abandono, aqui, as esperanças alçaram vôo com a presença inédita de um soberano. Do processo, resultaram o movimento português de 1820 e a Independência do Brasil.¹

Palavras-chave: Invasões napoleônicas; corte portuguesa; Representações políticas.

This paper intends to analyse the feelings aroused in the Portuguese subjects in Europe as much as in America by the transfer of the Portuguese court to Brazil in 1807. If the event begot a sense of orphanhood and neglect there, here, the unprecedented presence of a sovereign made hopes take flight. Results of this process were the Portuguese movement of 1820 and the Brazilian Independence.

Keywords: Napoleonic Invasions; Portuguese Court; Political representations.

"Duas coisas se não podem exatamente descrever; nem a alegria e entusiasmo do povo do Brasil com a chegada da Família Real, nem a tristeza e consternação do povo de Lisboa (depois de todo o reino) com a sua partida."²

Em Lisboa, ao longo do mês de novembro de 1807, cresceram as murmurações em relação aos possíveis acontecimentos políticos que ameaçavam abalar o império português naquele momento. Comentários sobre a movimentação das tropas francesas – inicialmente concentradas na fronteira com a Espanha e, em seguida, em marcha para invadir Por-

tugal – ocupavam as conversas nos cafés, local de preferência para a discussão, com “demasiada liberdade” (como se dizia na época), de todos os objetos relacionados à situação política da Europa. Versos, boatos, pasquins e notícias diversas traduziam a angústia de uma população que assistia, sem saber ao certo o que estava em jogo, à indecisão da corte portuguesa, que buscava conservar-se neutra e acabava tornando o país vulnerável, ao mesmo tempo, diante de duas nações inimigas entre si, a França e a Inglaterra.

Afinal, desde a assinatura do Tratado de Tilsit entre França e Rússia, em julho de 1807, a situação agravara-se. Resolvidas as pendências no Leste Europeu, os franceses voltaram sua atenção para o Oeste, ou seja, para a Península Ibérica. Os acontecimentos precipitaram-se. Após uma série de concessões portuguesas em face das exigências francesas, em 11 de novembro de 1807, o *Moniteur Universel*, jornal oficial da França imperial, publicava não só o Tratado de Fontainebleau com a Espanha, que dividia Portugal em três partes, como a decisão de Napoleão Bonaparte de destronar a dinastia de Bragança.³ A essa altura, na esperança de ainda aplacar a ira do temível corso, foram decretadas, entre 20 de outubro e 5 de novembro, medidas contrárias aos

interesses da Inglaterra em Portugal, como o fechamento dos portos a seus navios, o seqüestro dos bens e a prisão dos súditos britânicos residentes no país, as quais colocaram o tradicional aliado em pé de guerra, com a ameaça velada de bombardear Lisboa, como fizera com Copenhague menos de dois meses antes.

Assim, diante da notícia de que tropas francesas já tinham entrado em território português, “havendo-se esgotado todos os meios de negociação e não havendo esperança alguma discreta que por tais expedientes se removesse o perigo iminente que ameaça a existência da Monarquia, soberania e independência de S. A. R.”, na madrugada de 25 de novembro, o Conselho de Estado decidiu a partida da corte portuguesa com destino ao Brasil. A solução não era nova, nem deixara de haver preparação para implementá-la. No entanto, cumpria acelerar o embarque, pois curto era o tempo disponível.⁴

Analisar tanto os sentimentos dos súditos lusos na Europa e na América, quanto o impacto causado em suas vidas pela transferência da corte portuguesa para o Brasil é a proposta deste trabalho. Se, do lado de lá do Atlântico, restou um sentimento de orfandade e abandono, do lado de cá, as esperanças alçaram voo, com a presença inédita de um soberano em terras americanas. Com o passar dos anos, desse processo resultaram transformações que possibilitaram à antiga colônia projetar-se como a peça central do mundo luso-brasileiro, convertendo-se no pólo geográfico em relação ao qual se definiam as principais



Assinatura de Napoleão Bonaparte,
Tratado de paz entre França e Portugal, 1801

opções do sistema imperial. Somada às dificuldades enfrentadas por Portugal, essa posição acabou por inverter, não só na prática, como também na sensibilidade dos contemporâneos, a concepção tradicional: se o reino europeu via-se reduzido a uma posição de inferioridade, o Rio de Janeiro passava a adquirir o lugar de metrópole, inclusive em relação ao restante da América portuguesa. Desses descontentamentos resultaram, ao final do processo, tanto o Movimento Liberal português de 1820 e suas vicissitudes ao longo das décadas seguintes, quanto a independência do Brasil e as hesitações da nova nação.

* * *

A opção extrema da transferência da corte para os domínios da América fora aventada inicialmente, nas condições difíceis da Restauração de 1640, pelo padre Antônio Vieira e, posteriormente, não deixou de ser lembrada em outros momentos de tensão. Por conseguinte, não surpreende que tenha sido retomada no início do século XIX frente à grave situação política internacional em que Portugal tentava garantir sua neutralidade. Em 1801, quando da Guerra das Laranjas, contra a Espanha, d. José Maria de Souza, morgado de Mateus, em parecer de 14 de abril, recomendava que o príncipe regente se retirasse para o Brasil, “donde ameaçaria todas as colônias espanholas” e poderia vir a fundar “o maior império do Mundo”.⁵ O marquês de Alorna, em carta ao príncipe, após a derrota portuguesa nesse conflito, revelava idêntica opinião. Importava que a dinastia de Bragança continuasse

a reinar, não sucedendo “à sua Coroa, o que sucedeu à de Sardenha e de Nápoles e o que talvez entre no projeto das grandes potências que suceda a todas as Coroas de segunda ordem na Europa”. E continuava:

V. A. R. tem um grande império no Brasil e o mesmo inimigo que ataca agora com tanta vantagem, talvez trem e mude de projeto, se V. A. R. o ameaçar de que se dispõe a ir ser imperador naquele vasto território, adonde pode facilmente conquistar as colônias Espanholas e aterrar em pouco tempo as de todas as potências da Europa.⁶

A idéia de preservar a monarquia portuguesa comandava tais raciocínios, mas merece destaque que seus autores vislumbrassem a possibilidade de constituir igualmente um novo *império*, que poderia, inclusive, vir a englobar as colônias espanholas, uma opção que não deixou de ser novamente ventilada em 1807.

Depois de argumentar durante anos que, sem os domínios ultramarinos, Portugal em breve não passaria de uma província

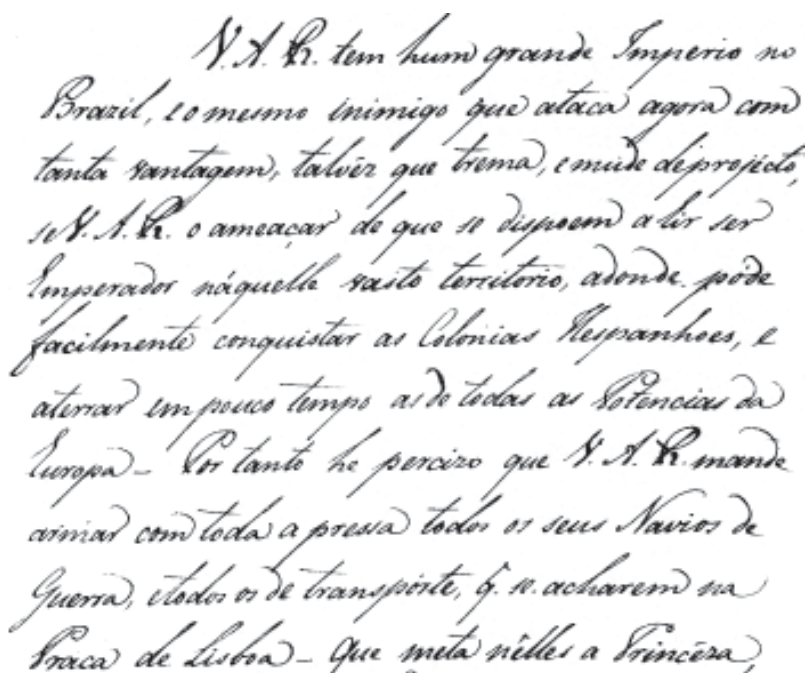


Selo do Tratado de paz entre França e Portugal, 1801

de Espanha, também Rodrigo de Souza Coutinho, em 1803, insistia que a europeia não era “a melhor e mais essencial parte da Monarquia”, posto que, depois que ela tivesse sido devastada “por uma longa e sanguinolenta guerra”, ainda restava “ao soberano e aos seus povos” a oportunidade de criar um poderoso império no Brasil, “donde se volte a reconquistar o que se possa ter perdido na Europa”.⁷ Nesse caso, no entanto, o ministro pressupunha uma perspectiva mais ampla, de acordo com as reflexões que vinha fazendo desde que fora representante diplomático de Portugal em Turim, que não implicava apenas em um deslocamento transitório da corte, mas que representava, sobretudo, uma profunda reforma do império português como um todo, conduzida de acordo com os princípios ilustrados que partilhava.

Portanto, o que se discutiu e decidiu nas reuniões do Conselho de Estado português ao longo dos meses de agosto a novembro de 1807, com a presença de d. Rodrigo, não era algum plano inusitado e, sim, uma idéia que ressurgia nos momentos de tensão internacional, como era este, frente à pressão napoleônica. Dessa forma, após os últimos preparativos, naturalmente tumultuados, o embarque da corte ocorreu no final da tarde de 27 de novembro, retardando-se, contudo, a partida, sob a proteção da esquadra inglesa, que bloqueava o Tejo, até 29, em função dos ventos desfavoráveis. No dia seguinte, entravam em Lisboa as tropas de Junot.

Se a partida há muito já estava planejada, como precaução, a sua execução, em curto prazo, acabou trazendo inúmeros



N. A. R. tem hum grande Imperio no
 Brazil, e o mesmo inimigo que ataca agora com
 tanta santagem, talvez que tremia, e mude de projecto,
 se N. A. R. o ameaçar de que se dispõem a ler ser
 Imperador naquella vasto territorio, adonde pode
 facilmente conquistar as Colonias Hespanhoas, e
 aterrorizar em pouco tempo a de todas as Potencias da
 Europa. Por tanto he perçizo que N. A. R. mande
 armad com toda a pressa todos os seus Navios de
 Guerra, e todos os de transporte, q. n. acharem na
 Baia de Lisboa. Que meta nelles a Princesa,

Carta do marquês de Alorna
 aconselhando o príncipe d. João a sair de Portugal, 1801

problemas, pois a relutância e a indecisão em partir propiciaram o açodamento e a desordem que caracterizaram o momento do embarque. “Nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 1807, a desgraça, a desordem e o espanto existiam por toda a parte em Lisboa, quer em terra quer em mar: palácios se despiam, com a maior rapidez”; casas eram fechadas; “ricos móveis e carros de elevado custo embarcavam sem as devidas cautelas ou tiveram de ser abandonados nas praias”.⁸ Na descrição dos contemporâneos, “apareceram pelas ruas e pelas praias de Belém bandos errantes de pessoas de ambos os sexos e de todas as idades, em cujos rostos estavam pintadas a mágoa e a desesperação”. Baús, pacotes, caixas amontoavam-se ao longo do cais no Tejo, abandonados, sem conseguir embarque. As provisões da esquadra, algumas se tinham “consumido com o tempo, outras por descaminhos”. Os tonéis de água de certas naus tinham-se extraviado, sendo necessário fazer outros, de “madeira nova”, o que era impróprio: “tudo foi confusão e desarranjo para se aprontar em poucos dias o puro indispensável para uma viagem tão distante”.⁹

A partida, ainda que não fosse uma fuga precipitada e repentina, trouxe muitos transtornos tanto para aqueles que ficaram na antiga sede do império português, como para os que partiram:

Copiosas e tristes lágrimas derramaram-se por esta ocasião, uns choravam a separação de pais, maridos e filhos e mais pessoas queridas; outros a criticar a posição da pátria in-

vadida por exército inimigo: estes a recordarem-se dos males que iam sofrer ficando sem protetores e no meio dos terríveis franceses; aqueles ao lembrarem-se dos incômodos e perigos de tão longínqua viagem.¹⁰

Além disso, a maior parte das famílias, em consequência da confusão reinante, acabou por se dividir no embarque, ao entrar no primeiro navio que encontrasse; “as bagagens, em grande parte, ficaram em terra, e muita da que embarcou foi em navios onde não iam seus donos, e isto fez com que a corte sofresse grandes privações na sua longa viagem para o Brasil”. Registradas anos depois em suas memórias, eram essas as observações de um menino de cinco anos, José Trazimundo, futuro marquês de Fronteira e Alorna, que permaneceu em Portugal, mas presenciou a despedida de vários membros de sua família para o Brasil. Afirmava ainda que nunca se esquecerá das “lágrimas” que viu derramar “tanto ao povo, como aos criados da Casa Real e aos soldados que estavam no largo de Belém”. Muitos tinham a convicção de que davam “o derradeiro adeus à pátria e aos amigos, pela avançada idade que já contavam”.¹¹

A retirada da corte e a consequente acefalia da monarquia – enquanto “a autoridade soberana boiava no oceano”, como expressiu o embaixador em Londres, Domingos de Souza Coutinho – quebravam o pacto entre senhor e vassalos, revestindo-se de uma enorme dimensão simbólica para as populações do Antigo Regime, ao criar um sentimento de ausência do

monarca, imagem de uma *orfandade* política. Com certo exagero de cortesão, Acúrsio das Neves, fortemente ligado ao príncipe regente, traduziu a situação ao retratar o embarque deste último:

Queria falar e não podia; queria mover-se e, convulso, não acertava a dar um passo: caminhava sobre um abismo, e apresentava-se-lhe à imaginação um futuro tenebroso e tão incerto como o oceano a que ia entregar-se. Pátria, capital, reino, vassalos, tudo ia abandonar repentinamente, com poucas esperanças de tornar a pôr-lhes os olhos, e tudo eram espinhos que lhe atravessavam o coração.¹²

Concebendo-se a monarquia como uma família, em cuja cabeça encontrava-se o rei, na figura de um pai, como uma espécie de viga mestra, indissoluvelmente unido à nação, o autor dessas linhas, fiel aos princípios do Antigo Regime, reconhecia assim o papel singular que a presença física do soberano exercia entre seus súditos.¹³

Diante da situação, falava-se, na época, de um “sussurro melancólico e confuso do povo” ou de um *povo indiscreto*, que não sabia como expressar aquilo que estava sentindo. Outros súditos revelavam um profundo inconformismo, como o intratável José Agostinho de Macedo, cujas *Reflexões imparciaes, ou parecer acerca da situação de Portugal depois da sahida de S. A. R. para a América* consideravam artificial e forçada a emigração da corte, ficando “Portugal europeu no estado de não poder subsistir como reino independente, nem continuando a

guerra, nem depois de feita a paz”. Além disso, desmembrado do Brasil, não julgava que Portugal pudesse voltar a ser uma monarquia, o que fazia aflorar, em sua ótica, o perigo republicano numa sociedade despojada de seu rei e de uma parcela de sua mais alta nobreza.¹⁴

Entre as elites intelectuais e politizadas, já marcadas pelas idéias da Ilustração, a partida da corte produziu distintas reações. José Liberato Freire de Carvalho, redator do *Investigador Português em Inglaterra* (1814-1818) e do *Campeão Português* (Londres, 1819-1821 e Lisboa, 1822-1823), considerou a “retirada” ou, antes, a “fugida tumultuosa” um ato de covardia do governo. Para ele, essa atitude era resultado de “um ministério imbecil”, “vendido à política estrangeira” e presidido por um “príncipe sem caráter, fraco e medroso”, que não soube ou não quis “fazer a paz nem a guerra”. Além disso, pedira aos portugueses que “recebessem como amigos, os seus conquistadores” e “obedecessem ao invasor”.¹⁵ Da mesma forma, em jornais igualmente publicados em Londres, anos mais tarde, João Bernardo da Rocha Loureiro afirmou que estava “em Lisboa no quase milagroso dia em que S. A. R. partiu daí para os seus estados da América”. Segundo seu testemunho, o acontecimento “dava ares de um despejo de casa aonde prendeu o fogo”, tendo ouvido “propósitos de blasfêmia e desesperação” da maioria do povo de Lisboa, que se via “abandonado por esse modo em mãos de franceses”.¹⁶ Cabe destacar, por outro lado, que os dois redatores, após a expulsão definitiva dos franceses, tinham emi-

grado para a Inglaterra em virtude de perseguições que sofreram por parte da regência do reino, ao criticarem o Antigo Regime português e defenderem o estabelecimento de instituições livres.

No entanto, nem todos os ilustrados viram na transferência da corte essa imagem negativa. Francisco Soares Franco, médico da Real Câmara e partidário de reformas, mas não de uma revolução, ao traduzir e corrigir um escrito publicado em Londres, admitiu a conveniência da ação do príncipe regente como a única esperança de salvação para Portugal, que, assim, pôde manter sua honra, sua segurança, sua glória, assim como a do nome de português. Um rei abandonava a Europa transformada em “verdadeiro asilo de ignomínia debaixo do cetro de um corso”, indo residir no Novo Mundo, para fugir dessa tirania. Era no Brasil que Portugal podia transformar-se em uma potência. Era no Brasil que, “libertado da tirania de Bonaparte e da ignomínia da Espanha”, Portugal poderia puni-los e “vingar-se de todos os males”.¹⁷

Paralelamente, Hipólito José da Costa, nascido no Brasil, emigrado para a Inglaterra, fugindo das malhas da Inquisição em Lisboa, no primeiro número do *Correio Braziliense*, publicado em Londres, justificava a transferência da sede da monarquia para o Rio de Janeiro, considerando a “sábia política do príncipe regente de Portugal em mudar a sua corte para o Brasil”, a fim de não se repetir o que sucedera com os soberanos espanhóis. Destacava ainda a im-

portância de fundar-se o novo “Império do Brasil”, afirmando mesmo o direito da dinastia de Bragança de “se apossar daquela parte das colônias espanholas, que lhe ficarem ao alcance de suas forças”. Referendando-o, uma proclamação anônima aos portugueses, transcrita no mesmo jornal, justificava a partida em função do perigo inevitável. Ao mesmo tempo, não só confortava o povo ao dizer que “vosso príncipe arriscou-se nos mares para vos assegurar a vossa Independência e dar um eterno apoio às vossas esperanças!”, como o exortava para “que com o vosso príncipe ao lado desafiéis o mundo inteiro”.¹⁸

De uma maneira mais característica do Antigo Regime, apesar da saudade que a ausência da família real deixava entre os “pastores do Tejo”, opiniões favoráveis à decisão vieram também à luz em diversas odes de homenagem.

Vai, ó meu bom Pastor, Pai verdadeiro,
Vai do Brasil gozar o doce abrigo;
Benigno o justo Céu seja contigo,
Quanto aos vis o declamo justiceiro.¹⁹

Outros versos instavam que a travessia do Atlântico transcorresse sem problemas, a fim de preservar a dinastia de Bragança e de modo que fosse possível proclamar a nova força do império português ao estender-se pelos mares afora. “Com pasmo, o mundo contempla extasiado: A Régia Lusa Prole o mar transpondo / Por intacta manter de opróbrio a vida”. E acrescentava:

– Se a América feliz desfruta agora
Nossas prerrogativas,

É porque Jove quer que a
Lusa glória,
Por difíceis trabalhos se acrisole.
Se Proteu mais dissera,
Com pasmo a Lei do Fado executaríeis,
Que ao fim do Orbe o do Luso Império estende.²⁰

De modo semelhante, o já mencionado Acúrsio das Neves considerava que a Europa devia assombrar-se com esse sucesso, pela sua novidade e por seus resultados. Sem dúvida, diante da fúria napoleônica, outros soberanos europeus de reinos periféricos tinham procurado abrigo em terras de sua soberania. Carlos Emanuel IV, rei do Piemonte, apesar da invasão do reino por tropas francesas em 1798, manteve sua soberania ao deslocar-se para a Sardenha, onde se conservou a sede da monarquia até o final dos conflitos napoleônicos. De igual maneira, quando da invasão francesa em 1799 (e novamente em 1806), o soberano de Nápoles foi transportado para a Sicília, junto com a família real, escoltado pelos navios do almirante inglês Nelson.²¹

Se outras cortes haviam saído do berço de suas sedes, nenhuma delas havia, contudo, cruzado um oceano. Portugal foi a única potência européia de segunda ordem, nesse período, cuja soberania, ainda que exercida por d. João do outro lado do Atlântico, preservou-se através de um novo império, ao qual o antigo reino logo se viu incorporado. Tal atitude constituía para alguns um fato inacreditável. Em carta ao cônsul português com data de dezembro de 1807, o primeiro ministro do imperador do Marrocos não deixou de

manifestar sua preocupação com a saída do príncipe regente e sua real família para os estados do Brasil, mas, ao mesmo tempo, congratulava-se com a “real resolução” tomada por d. João, uma vez que iria ser “um soberano independente nos seus vastos Estados; do que é melhor do que ficar a ser por outrem governado e muito mais por aqueles que não têm religião, nem boa fé”.²²

Apesar de tantos entusiasmos, prevaleceu, contudo, para aqueles que permaneceram na metrópole, uma situação de angústias e de maus pressentimentos. Ao contrário, enquanto perdurasse a crise na Europa, o Brasil tornava-se a sede da monarquia, fato cujas conseqüências de longo alcance para as regiões portuguesas de ambos os lados do Atlântico não eram tão difíceis de prever, em particular, a nova dimensão do império, em que Rodrigo de Souza Coutinho insistia.

À viagem de quase sessenta dias, sem o alívio de qualquer escala, não faltaram tempestades e doenças, separando-se alguns navios do corpo principal da esquadra por força das condições de navegação. A nau em que vinha o príncipe regente aportou na Bahia, em 22 de janeiro de 1808. Era o primeiro monarca a pisar no Novo Mundo. Após o desembarque, ele seguiu da Ribeira até a Sé, para assistir a um *Te Deum*, com o maior aparato possível que a terra podia oferecer. Alas de militares, da nobreza, religiosos e confrarias de quase todas as freguesias acompanhavam-no em procissão. Pelas ruas do trajeto, as casas estavam todas “armadas de cortinas e as janelas de colchas de

várias qualidades". Salvas ecoavam de todas as fortalezas e de alguns navios. "Em uma palavra, tudo (era) alegria".²³

Manifestações e súplicas insistiram para que Sua Alteza Real optasse por estabelecer-se na cidade de Salvador. Justificavam o pedido não só em virtude de a Bahia ser "a cidade metropolitana", a antiga residência do vice-reinado, mas, sobretudo, em função "da notoriedade do caráter sensível e extremamente afetoso" que distinguia seus habitantes.²⁴



EXEGIT MONUMENTUM AERE PERENIUS.

Gravura alegórica à retirada providencial da corte portuguesa. Ângelo Pereira, *Os filhos de el-rei d. João VI*, 1946

D. João, entretanto, após pouco mais de um mês, continuou seu caminho, entrando, em 7 de março de 1808, na baía da Guanabara.

Com notícias certas da partida de Sua Alteza Real de Lisboa, confirmadas pela chegada à cidade das naus extraviadas no percurso, os preparativos no Rio de Janeiro não demoraram a ter início, revelando as esperanças suscitadas na América pelo auspicioso acontecimento. Já em 16 de janeiro, reunia-se o Sena-

do da Câmara em ato de verificação, com a presença do juiz presidente e mais vereadores, o qual, decidido a dar "todas as provas de seu amor, da sua fidelidade e do seu respeito, para com Sua Alteza Real, Sua Augusta Mãe e as outras demais pessoas reais", acordou "unanimemente que se deviam fazer todas as despesas que fossem precisas em tais ocasiões". Entre as iniciativas previstas, incluíam-se: a realização, no dia da chegada de Sua Alteza Real, de um *Te Deum* na igreja do Carmo, sem descuidar da música indispensável ao ato; o oferecimento, a Sua Alteza Real e a todas as demais pessoas reais, de um refresco; a apresentação dos cumprimentos do Senado da Câmara, por si e em nome do povo, a Sua Alteza Real e membros da comitiva; o estabelecimento de luminárias na cida-

de e seus arrabaldes por oito dias sucessivos; a imediata divulgação, por editais, do fato, de modo que todo o povo pudesse preparar-se, esmerando-se nas demonstrações de regozijo; a distribuição, pelo Senado, da cera necessária para as casas que ficavam de frente para o palácio e para aquelas situadas na praia de d. Manuel, aonde iriam residir os criados da corte, assim como a iluminação, com gosto e elegância, do paço e do largo à sua volta por meio de pirâmides, balaústres e galerias de madeira pelos ditos oito dias; da mesma forma, nesse local, havia de distribuir-se “com simetria, a música dos regimentos para que, por turno, celebre com seus instrumentos, tão extraordinário sucesso”; cabia ainda à instituição animar o povo a formar danças e dar outros testemunhos de sua alegria; por fim, após os oito dias de festas, competia celebrar um outro *Te Deum* na catedral, com a presença de todas as corporações e pessoas distintas da cidade, convidadas pelo Senado.²⁵

Após a chegada da corte, ao reunir-se novamente, o Senado quis registrar a importância de seu papel nos acontecimentos, posto que, quando

(...) nos anais da História Portuguesa e na do Gênero Humano, se há de escrever o memorável fato da saída do Príncipe Regente Nosso Senhor dos seus Reinos, e sua vinda para esta sua Cidade e Estados por motivo da guerra da Europa, que foi ultimamente persegui-lo e inquietá-lo no meio de sua antiga Corte e Cidade de Lisboa

tomava por suposto que também se há “de escrever na mesma História o espírito com que este Senado o recebeu.” Tais preocupações demonstravam a importância de que se revestia para a cidade a presença dos soberanos. Em consequência, ao descrever o “imenso povo luzido” que acompanhava o cortejo com expressões de “viva o nosso príncipe”, destacava o número de pessoas de ambos os sexos que enchiam as ruas Direita e do Rosário “no seu pavimento e nas casas”, emitindo “expressões sinceras de respeito” e das quais os olhos vertiam “inúmeras lágrimas que confirma(vam) a sinceridade de seus corações”.²⁶

Merece igualmente menção, na descrição dessas festas, que se achavam ligadas “com a história de um sucesso, que em todos os tempos, fará impressão aos corações portugueses”, um curioso quadro, sob forma de luminária. Ao alto, ficava o retrato de d. João, entre festões de rosas. Em seguida, de um lado, a figura de Lísia, com semblante lacrimoso; de outro, a África, de joelhos, colocava à disposição suas riquezas, enquanto a América, de manto real e borzeguins, oferecia o coração que tinha nas mãos. Abaixo, a pintura da nau, em que tinha vindo S. A. R. e, na parte inferior, as quadras:

América feliz tens em teu seio,
Do novo Império o Fundador Sublime:
Será este o País das Santas Virtudes,
Quando o resto do Mundo é todo crime.
Do grande Afonso a Descendência
Augusta,
Os Povos doutrinou do Mundo antigo:

Para a Glória esmaltar do novo Mundo
Manda o Sexto JOÃO o Céu amigo.

Dístico à figura de Lísia

Não chores Lísia
Os nossos soberanos
Descansam entre
Os seus americanos

Dístico à nau

E depois de sulcares
Os mares largos,
Terá assento etéreo,
Como a d'Argos.

Iluminado de maneira indireta, o quadro fazia um prospecto encantador na obscuridade da noite.²⁷

Apesar desses arroubos, um manuscrito de 1815, do cirurgião da saúde e da Casa Real José Antônio de Freitas, talvez avaliasse melhor as ambigüidades envolvidas:

V. A. R. não vê que, quando o Brasil se alegra de receber a V. A. R., Lísia chora a sua ausência! Oh! Segredos Divinos! Oh! Natureza apontadora de fatos! Oh! Deus! Oh! Monarca Sagraado e Virtuoso Príncipe! Uma terra se festeja; outra chora! Uma se veste de luto e se cobre de tormentosa cena pela Tua Retirada; outra, desvanecida de se ver Contigo, mostra sua face risonha! Aqui se alegram os Astros; em Portugal, se cobrem de nuvens pretas!²⁸

Já Luiz Gonçalves dos Santos, testemunha ocular do processo, em suas *Memórias para servir à história do Brasil* (1825), emprestava àquelas manifestações de regozijo e felicidade uma ambição mais alta,

que também se enraizava com a presença da corte no Rio de Janeiro.

Possa este, para sempre memorável dia, ser celebrado com universal júbilo por toda a América portuguesa, por uma dilatada série de séculos, como aquele em que começou a raiar a aurora da felicidade, prosperidade e grandeza, a que algum dia o Brasil se há de elevar, sendo governado de perto pelo seu soberano. Sim, nós já começamos a sentir os saudáveis efeitos da paternal presença de tão ótimo príncipe, que, sendo todo para os seus vassalos, não perderá um só momento de promover a felicidade dos seus Estados do Brasil, a mais bela, e rica porção do globo; do que já Sua Alteza Real nos deu as mais evidentes provas, que muito alentam as nossas esperanças, de que viera ao Brasil a criar um grande império.²⁹

Esperança essa, de um grande império, que consta explicitamente do prefácio que o bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho – personagem do círculo de d. Rodrigo – escreveu, em 1811, para a nova edição de seu *Ensaio sobre o comércio* (1816), quando declarava alegrar-se, que “a minha Pátria vai gozar das prerrogativas de primeiro império do Novo Mundo”.³⁰ No entanto, a criação dessa nova unidade política, sonhada pelo padre Perereca, como Gonçalves dos Santos ficou conhecido, pelo criador do Seminário de Olinda e, com certeza, por muitos outros, exigia uma profunda transformação, tanto da capital,

quanto das engrenagens que faziam mover o mundo luso-brasileiro.

No início do Oitocentos, a cidade do Rio de Janeiro ainda se mostrava tipicamente colonial. Espremida entre o mar e uma série de manguezais insalubres, delineada por ruas estreitas e tortuosas, com casas desprovidas de comodidades e serviços públicos precários, faltava-lhe, na expressão de uma testemunha, “gente branca, luxo, boas estradas”.³¹ A maior preocupação consistiu em difundir hábitos e adotar políticas públicas que tornassem o Rio de Janeiro o mais semelhante possível a Lisboa. Multiplicaram-se, desse modo, as obras em quase todas as ruas, e novas habitações passaram a ser construídas. Uma série de providências procurou tornar mais regular e abrangente a novidade da vacinação contra a varíola, tendo em vista, sobretudo, os escravos e a população pobre em geral. Enquanto isso, o mercado consumidor propiciado pelos recém-chegados e pelos habitantes locais, preocupados em imitar as modas da corte, favoreceu o desenvolvimento do comércio de luxo, emprestando à cidade ares de capital européia; porém, na cidade, ecoava o enorme burburinho das ruas, produzido por indivíduos de raças, cores, línguas e costumes distintos, que deixavam o visitante estrangeiro aturdido.

Alterava-se, assim, decisivamente o estilo de vida no Brasil. De um lado, a instalação, na cidade, de uma sociedade de corte, cujos hábitos e exigências tendiam a difundir-se pela população, con-

tribuía para aquilo que Norbert Elias denominou *processo civilizador*.³² De outro, ainda que a estadia da corte fosse temporária, havia necessidade de que as instituições políticas se estabelecessem e enraizassem, a fim de que a monarquia portuguesa pudesse continuar a funcionar. Como resultado, a recriação do aparelho central do Estado português em terras americanas despertou a antiga colônia para uma modernização segundo padrões europeus e, talvez de maneira menos evidente, nas condições de Antigo Regime então ainda prevalentes, passou a funcionar como um poderoso pólo de dinamismo econômico, fazendo girar em torno da corte e de suas múltiplas repartições uma inédita quantidade de serviços e de oportunidades.

Apesar disso, os primeiros atos da regência joanina no Brasil acabaram impostos pela conjuntura do momento, definida pelas guerras napoleônicas. Em primeiro lugar, a abertura dos portos da colônia às nações amigas, em 28 de janeiro de 1808, quando d. João ainda se encontrava na Bahia. A medida implicou, no entanto, uma profunda modificação para o império português, pois representava o fim do monopólio comercial pela metrópole, que definia a situação colonial do Brasil de acordo com as concepções mercantilistas. Ainda que inicialmente obscurecida pelos efeitos muito mais graves da ocupação francesa e das lutas que se seguiram, a decisão assentou, porém, um duro golpe em Portugal continental. Uma vez expulsos

os invasores e restabelecida a paz, as casas de comércio portuguesas, assim como as manufaturas locais, que se tinham desenvolvido no final do século XVIII, logo descobriram que, apesar de não estarem excluídas do mercado brasileiro, expunham-se, doravante, à competição dos produtos e negociantes de outras nacionalidades, em particular, os ingleses, em condições bastante desvantajosas, que resultavam da assinatura dos tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação com a Inglaterra, em 1810.

Tais estímulos positivos, contudo, não deixaram de criar, com o passar dos anos, outros resultados e tensões inesperadas no interior do império. “Não podemos deixar de considerar que a Monarquia Portuguesa tem dois interesses distintos, o Europeu e o Americano, os quais nem sempre se podem promover juntamente, mas que não devem em caso nenhum sacrificar um ou outro”, afirmava, em 1819, Pedro de Sousa e Holstein, conde de Palmela, percebendo com clareza as questões em torno das quais se orientava a política da Coroa portuguesa entre a paz europeia de 1814 e o retorno de d. João VI à Euro-

pa, em 1821.³³ A transferência da corte para o Rio de Janeiro, a ocupação de Portugal pelos franceses (e a presença inglesa, em seguida) e os tratados comerciais de 1810 com a Inglaterra haviam criado profundas cesuras no império português. De um lado, ficara a antiga metrópole, exangue, com a perda de suas funções anteriores e desprovida da proximidade de um soberano, que, nos quadros mentais do Antigo Regime, representava a possibilidade de correção das injustiças sofridas. De outro, a antiga colônia do Brasil, vivendo o poderoso influxo de sua recém abertura ao mundo, num momento de guerras, que valorizava as matérias-primas que produzia, e, sobretudo, com acesso ao círculo de poder à volta de d. João. Nessas condições, conservar a unidade do império, como a lucidez de Palmela, discípulo de Rodrigo de Souza Coutinho, fazia ver, exigia a atenção tanto aos interesses portugueses quanto aos brasileiros, “sem sacrificar um ao outro”. Tarefa quase, senão de todo, impossível, uma vez que se aprofundava a distância entre as partes de cada lado do Atlântico do império português, ao mesmo tempo em que cresciam os ressentimentos, nas demais regiões da América, provocados



Vista geral da cidade do Rio de Janeiro.

Jean-Baptiste Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, 1834-1839

pela hegemonia que o Rio de Janeiro, como Corte, assumira.

Em 1818, a aclamação do príncipe como o monarca d. João VI, do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, emprestou uma nova dimensão à opção cada vez mais clara pela via americana da monarquia portuguesa, que o áulico José da Silva Lisboa logo procurou enaltecer com a sua *Memória dos benefícios políticos do governo de d. João VI*, vinda então à luz no Rio de Janeiro. Também o padre Luís Gonçalves dos Santos tece uma curiosíssima narrativa para explicar e descrever o acontecimento. Segundo ele, já com a proclamação do Reino Unido em 16 de dezembro de 1815,

(...) o índio do Brasil havia deposto o cocar, e as plumas, com que se adornara até (então), e recebido da munificente mão do senhor d. João VI a brilhante coroa, que cinge hoje a sua fronte, e o real manto de púrpura, com que cobre a sua antiga nudez; já o seu nome tinha feito célebre entre os povos da terra, que à porfia correm de todas as partes a demandar os seus portos; já os poderosos monarcas europeus enviam ante o trono, o primeiro ereto, e firmado na América, embaixadores, enviados e ministros, a prestar as suas congratulatórias homenagens, ou a tratar de interesses recíprocos dos seus vassalos; (...) já finalmente vimos com a maior exultação entrar na sua capital a filha de um César, para dar a mão de esposa ao príncipe herdeiro do seu imenso, e

riquíssimo império; quando para cúmulo de tanta honra chegou também o dia da sua glória com a exaltação ao trono do primeiro soberano, que cingiu a coroa no Novo Mundo. Tal foi o dia 6 de fevereiro deste presente ano de 1818, dia sempre glorioso, e memorável dos fastos brasileiros, em que vimos representar-se na praça principal desta Corte do Brasil a cena mais magnífica, e brilhante, que se pode imaginar (...).³⁴

Fato inédito, a aclamação de d. João VI na América reforçava a ascendência do Rio de Janeiro sobre o restante do país, assim como o peso político da parte brasileira no interior do império, aspecto este que não podia deixar de melindrar os sentimentos dos súditos no continente europeu.

De Londres, os jornais publicados por portugueses cada vez mais acentuavam a inversão de papéis entre Brasil e Portugal e insistiam que o centro do império devia retornar àquela nação. Nesse sentido, o *Campeão Português, Amigo do Rei e do Povo*, de autoria do já citado José Liberato de Carvalho, afirmava que Portugal encontrava-se reduzido “a uma progressiva decadência, sendo obrigado a constantes sacrifícios, “ora em homens, ora em dinheiro”, que se destinavam ao Brasil. Portanto, os portugueses encontravam-se “sem rei e quase sem pátria”, gemendo em silêncio e permanecendo “órfãos”.³⁵ Atribuía-se, assim, ao processo de autonomia do

Brasil, consolidado com a sua elevação a Reino Unido, o estado lastimável em que se encontravam a economia e as finanças em Portugal, que fora duramente atingido não só com a transferência volumosa e contínua de créditos públicos e particulares para a Corte do Rio de Janeiro, como também com os pesados encargos militares e a drástica recessão no comércio luso-brasileiro. Além disso, a virtual tutela inglesa sobre Portugal e a ausência do soberano abalavam a auto-estima dos portugueses. Sinal desse mal-estar, após a aclamação de d. João VI, o jornal *O Português* passou a denominar de “governo Tupinambá” a corte no Brasil.

No interior de uma mesma cultura política, bastante homogênea, as alegrias e os infortúnios de outrora, de um lado e outro do Atlântico, começavam a encontrar projetos distintos para traduzir as diferentes modalidades de apreensão do mundo, que se foram desenvolvendo ao longo desses anos. Em Portugal, no intervalo tumultuado entre a partida da corte, no final de 1807, e a volta de d. João VI à Europa, em 1821, a ausência do rei, substituída pela mão forte de uma debilitada regência do reino, trouxe à tona essas tensões. É verdade que, de um lado, indivíduos cada vez mais numerosos esperavam que as luzes de um governo esclarecido fossem capazes de trazer as ansiadas reformas, como o pequeno grupo de afrancesados que, em maio de 1808, tinha levado a Junot uma representação, solicitando um projeto de consti-

tuição para Portugal. Do outro, porém, permaneciam em vigor as trevas representadas pelos mecanismos de repressão do Antigo Regime, tais como a censura, a delação e a Inquisição, assim como subsistia o medo de qualquer conspiração contra a união sagrada do trono com o altar, o que levava a enxergar não só princípios de sedição nos mais triviais pretextos, mas igualmente jacobinos perigosos em quaisquer indivíduos de comportamento ou idéias um pouco desviantes das normas predominantes. Dessa incongruência, resultou, no reino, a conspiração de Gomes Freire de 1817, severamente reprimida, assim como, na América, *mutatis mutandis*, a revolta pernambucana do mesmo ano, igualmente sufocada a ferro e fogo. Lá, os liberais afrancesados de 1808, não obstante, sobreviveram, acabando por dar origem ao *partido* que fez a Regeneração de 1820. Cá, liberais ou não, no Rio de Janeiro, permaneciam satisfeitos com a hegemonia alcançada sobre o império como um todo, que lhes permitia viver à sombra da corte, que lhes oferecia oportunidades cotidianas e lhes acenava com maiores benesses no futuro.

Esse equilíbrio precário rompeu-se na segunda metade de 1820. Em agosto, o movimento liberal do Porto deu início ao processo de substituição de mitos e representações mágicas das monarquias tradicionais por outras linguagens políticas, herdeiras dos princípios de 1789, em que a palavra constituição servia de conceito central. No Brasil,

agora desprovido do primeiro rei aclamado na América, o choque propiciado pela literatura de circunstância trazida do reino, e logo reproduzida e alargada aqui, não tardou a revelar a incompatibilidade entre as duas principais partes do império. Ao divórcio de 1822 seguiu-se, porém, o aparecimento de tensões no seio das elites, que o fascínio da corte encobria, e o ressurgimen-

to daquelas contradições entre o Rio de Janeiro e as províncias, que somente muito mais tarde encontraram uma solução, por mais insatisfatória que fosse. Doravante, Brasil e Portugal haveriam de percorrer caminhos distintos, ignorando-se em geral um ao outro, embora partilhassem, mais do que gostariam de reconhecer, alegrias e infortúnios muito semelhantes.

N

O

T

A

S

1. Agradecemos a Fabiano Vilaça dos Santos, doutorando da USP, e Ana Carolina Galante, mestranda da Uerj, a pesquisa e transcrição de diversos documentos que integram este texto.
2. Jornada do sr. d. João VI ao Brasil, em 1807. Códice original anônimo em PEREIRA, Ângelo. *Os filhos de el-rei d. João VI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946. p. 114.
3. São inúmeras as descrições sobre os acontecimentos políticos desses últimos momentos da corte portuguesa em Lisboa. Ver, especialmente, OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *D. João VI no Brasil* (1908). 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. PEREIRA, Ângelo. *D. João VI: o príncipe e o rei: a retirada da família real para o Brasil*. v. 1. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1956. PEREIRA, Ângelo. *Os filhos de el-rei D. João VI*. MANCHESTER, Alan K. A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. In: KEITH, Henry H.; EDWARDS, S. F. *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 177-217. SCHWARCZ, Lília M. (com Paulo Cesar de Azevedo e Angela Marques da Costa). *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. O'NEIL, Thomas. *A viagem da família real portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio; Secretaria das Culturas, 2007.
4. Das decisões finais, participaram apenas seis dos 18 conselheiros nomeados em 1796: alguns haviam falecido, como o duque de Lafões, outros estavam em missão no exterior ou tinham sido afastados do cargo, como é o caso de José de Seabra da Silva. Cf. MARTINS FILHO, Enéas (org.). *O Conselho de Estado português e a transmigração da família real em 1807*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968. p. 3-4 e, para a citação, p. 70-71.
5. Parecer de d. José Maria de Sousa. In: PEREIRA, Ângelo. *D. João VI: a retirada...* v. 1. p. 86.

6. ARQUIVO NACIONAL. Rio de Janeiro. Coleção Negócios de Portugal. Caixa 712, pac. 2, doc. 3. Carta do Marquês de Alorna aconselhando d. João a vir para o Brasil. 30 de maio de 1801.
7. Parecer de Rodrigo de Souza Coutinho de 16 de agosto de 1803. In: PEREIRA, Ângelo. op. cit. p. 131. Ver ainda COUTINHO, Rodrigo de Souza. Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797 ou 1798). In: _____. *Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)*. Introdução e direção de edição Andrée Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993. p. 47-66.
8. IHGB. Lata 345, doc. 7, s.d. MAIA, Emílio Joaquim da Silva. Estudos históricos sobre Portugal e Brasil.
9. ACÚRSIO DAS NEVES, J. *Obras completas de José Acúrsio das Neves*: história geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino. Estudos introdutórios de Antonio Almodovar e Armando de Castro. v. 1. Porto: Afrontamento, 1984. p. 224.
10. IHGB. Lata 345, doc. 7, s.d. MAIA, Emílio Joaquim da Silva. Estudos históricos sobre Portugal e Brasil.
11. BARRETO, José Trazimundo Mascarenhas (dom). *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926. p. 30-33.
12. ACÚRSIO DAS NEVES, J. *Obras completas de José Acúrsio das Neves*: história geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino. Estudos introdutórios de Antonio Almodovar e Armando de Castro. v. 1. Porto: Afrontamento, 1984.
13. ACÚRSIO DAS NEVES, J. *História geral da invasão dos franceses...* v. 1, p. 223. Para uma visão das semelhanças do ocorrido em Portugal com a Espanha e suas possessões, ver GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: Mapfre; Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 150-156.
14. apud SILVA, Innocencio Francisco da. *Memórias para a vida íntima de José Agostinho de Macedo*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. p. 57-58.
15. Cf., respectivamente, CARVALHO, José Liberato Freire de. *Ensaio histórico-político sobre a constituição e governo do reino de Portugal*. 2. ed. mais correta e aumentada. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1843, p. 197, e CARVALHO, José Liberato Freire de. *Memórias da vida de...* (1855). Introdução de João Carlos Alvim. 2. ed. Lisboa: Assírio e Alvim, 1982, p. 36.
16. O Portuguez (1814), apud BOISVERT, Georges. *Un pionnier de la propagande libérale au Portugal*: João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1982. p. 70.
17. SOARES FRANCO, Francisco. *Exame das causas que alegou o Gabinete de Tulherias para mandar contra Portugal os exércitos francês e espanhol, em novembro de 1807*. Lisboa: Impressão Régia, 1808, passim, e *Reflexões sobre a conduta do príncipe regente de Portugal, revistas e corrigidas por...* Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1808. p. 9.
18. CORREIO BRAZILIENSE ou ARMAZEM LITERÁRIO, Londres, v. 1, n. 1, jun. 1808, p. 57-65 (citação à p. 61), e n. 4, set. 1808, p. 329-330.
19. J. P. R. de C. *Idílio pastoril, sentimental, queixas maviosas e saudades ternas dos pastores do Tejo na ausência dos seus amabilíssimos maiores*. Lisboa: Impressão Régia, 1808. p. 8.
20. LOPES, Joaquim José Pedro. *Ode à saída da real família portuguesa para o Brasil*. No dia, eternamente memorável, de 29 de novembro de 1807. Porto: s.d., 1808. p. 3 e 6.
21. GODECHOT, Jacques. Piémont-Sardaigne. In: TULARD, Jean (dir.). *Dictionnaire Napoléon*. Nouvelle édition, revue et augmentée. v. 2. Paris: Arthème Fayard, 1999. p. 505. GODECHOT, Jacques. Naples. In: TULARD, Jean (dir.). op. cit. p. 375-376.
22. ACÚRSIO DAS NEVES, J. *História geral da invasão dos franceses...* v. 1. p. 317.
23. IHGB. DL 399, doc. 2. Passagem da senhora d. Maria I, a rainha de Portugal, do príncipe regente d. João e mais família real pela cidade da Bahia para o Rio de Janeiro. Manuscrito anônimo. Agradecemos a gentileza da colega Regina Wanderley ao chamar a atenção para este documento. A transcrição do original foi realizada por ela.
24. IHGB. Lata 102, pasta 3 (1808). Súplica da Câmara da cidade da Bahia para se estabelecer a corte ali com preferência à cidade do Rio de Janeiro.

25. BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos. II-35,4,1. Preparatórios (preparativos) no Rio de Janeiro para receber a família real.
26. idem.
27. *Relação das festas que se fizeram no Rio de Janeiro*, quando o príncipe regente N. S. e toda a Sua real família chegaram pela primeira vez àquela capital. Ajuntando-se algumas particularidades igualmente curiosas e que dizem respeito ao mesmo objeto. Lisboa: Impressão Régia, 1810. p. 7-9.
28. BIBLIOTECA DA AJUDA (Lisboa). Oração em ação de graças por motivos da feliz salvação de S. A. R. o príncipe regente Nosso Senhor chegada a salvamento a este país capital do Rio com os fatos mais notáveis acontecidos no Norte pela sua ausência e no Brasil pela sua respeitável presença oferecida ao amor da nação por José Antonio de Freitas cirurgião da Saúde e da Casa Real. 49-111. 39 n. 19. Rio de Janeiro, 1815. 24 ff.
29. SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir o reino do Brasil*. v. 1. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. p. 187.
30. MORAES, Rubens Borba de (dir.). *Obras econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho (1794-1804)*. Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. p. 62.
31. Carta do conde de Palmela para a condessa, sua mulher, 22 de junho de 1821, apud NORTON, Luís. *A corte de Portugal no Brasil*. 2. ed. il. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979. p. 85.
32. ELIAS, Norbert. *O processo civilizacional*. v. 1. Lisboa: Dom Quixote, 1989.
33. ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993. p. 329-369. Citação à p. 355.
34. SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias...* v. 2. p. 151.
35. *O Campeão Português, Amigo do Rei e do Povo*. Londres, n. 1, jul. 1819, e n. 3, ago. 1819.

Recebido em 21/11/2007
Aprovado em 03/12/2007